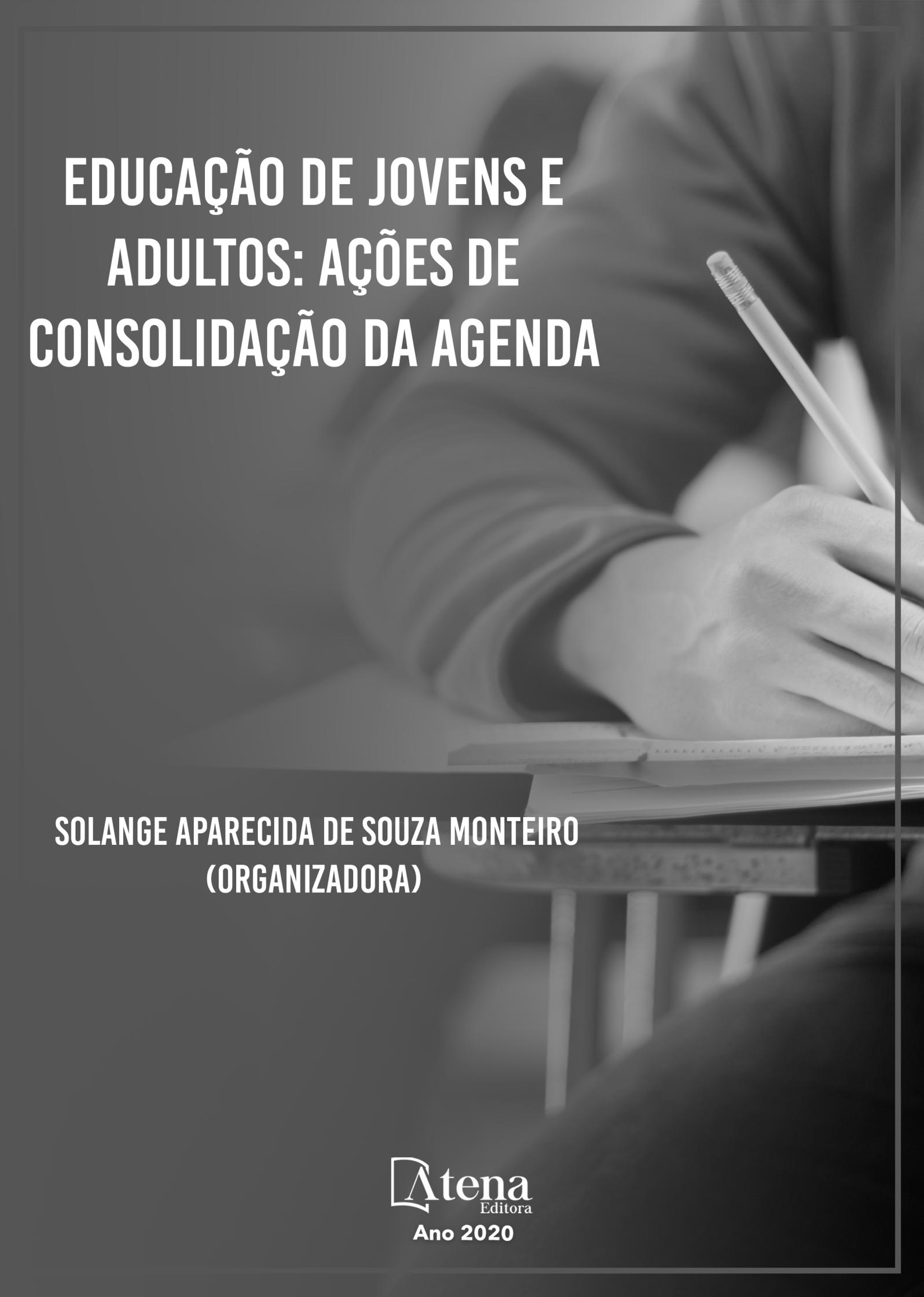
A person wearing a blue long-sleeved shirt is sitting at a desk, writing with a yellow pencil on a piece of paper. The background is slightly blurred, showing other people in a classroom or office setting. The overall tone is professional and educational.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação de jovens e adultos [recurso eletrônico] : ações de consolidação da agenda / Organizador Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-181-7 DOI 10.22533/at.ed.817201407</p> <p>1. Educação de jovens e adultos. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Professores e alunos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 372</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal
creio na superação dos erros
e angustia do presente.
(Cora Coralina, Oferta de Aninha)

Uma das funções da EJA (Educação de Jovens e Adultos), é reparar os danos educacionais negados essa parcela da sociedade, e provocar mudanças não só nos sujeitos envolvidos. Para isso é necessário que se tenha em mente que essa modalidade de ensino é um pouco mais complexa que as demais, pois os alunos da EJA são jovens e adultos trabalhadores ou não, maduros possuidores de uma consciência e um conhecimento formado a respeito da escola e do mundo e deve ser respeitado. As competências de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são lacunas políticas que ocorrem do interesse dos que operam com e na EJA com o objetivo de se constituírem coletivamente para trabalhar pelo direito ao ensino. Por vez, é fundamental estabelecer o que se verifica em que constituem as políticas públicas sendo que os alunos desse nível já são trabalhadores cansados da vivência cotidiana que busca aperfeiçoamento nos estudos ou até mesmo apenas a conclusão do mesmo e muitas vezes se sente desmotivado pelo descaso público com a EJA que sobrevive sem recurso e sem capacitação adequada aos professores. A partir dos anos de 1990, sobretudo a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, os signatários desse evento comprometeram-se em instituir um conjunto de medidas de cunho reformista, as quais se desdobraram, entre outros exemplos no Brasil, na aprovação da LDB – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), cuja essência não traduziu o que a sociedade brasileira vinha discutindo na agenda da política educacional. Analisando os estudos de Gajardo (1999) e de Azevedo e Silva (2012), identificamos que a reforma educativa refletiu os diversos compromissos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estando explícitas as orientações de cunho neoliberal. Nessa perspectiva, os estudos de Moura (2006) ressaltam que a educação profissional foi enquadrada na chamada dualidade entre o ensino médio e a educação profissional. Enquanto o ensino médio encontra-se na esfera – última etapa – da educação básica, a educação profissional encontra-se em capítulo distinto. Assim sendo, Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. [...] algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (MOURA, 2006, p. 15-16). Para o autor, a separação entre o ensino médio e a educação profissional foi objeto de interesse político no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Projeto de Lei nº 1603 já indicava essa tendência, mesmo antes da LDB. Em face de intensos e tensos debates, o PL nº 1603

foi traduzido para alguns artigos da LDB, conforme ressalta Moura (2006), além de ficar condicionado a decretos, sendo os mais evidentes o Decreto nº 2.208/97 e o 5.154/2004. A educação de jovens e adultos no Brasil é reconhecida como modalidade educativa, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), respaldando-se de um lado, no marco legal, estabelecido a partir dos anos de 1980, com a Constituição Federal, e, de outro, no conjunto de ações governamentais materializadas em programas e projetos. Além de se constituir como modalidade educativa vinculada aos sistemas oficiais de educação, de acordo com Gadotti (2001), podemos identificar a educação de adultos não formal geralmente vinculada a organizações não governamentais, igrejas, partidos políticos, entre outros, bem como a educação popular, resultado do “[...] processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico” (GADOTTI, 2001, p. 30). No que diz respeito ao marco legal para a educação. Em tempos de caminhos e descaminhos no contexto da política educacional brasileira, sobretudo no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação e do discurso e das lutas por um sistema articulado que garanta a educação como um direito pleno e de qualidade socialmente referenciada, a educação de jovens e adultos situam-se num contexto marcado por desafios no que diz respeito à educação e ao trabalho, sobretudo mediante os altos índices de analfabetismo e da necessidade de qualificação como um dos importantes componentes de inserção ao mundo do trabalho.

Boa leitura a todos!!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APRENDIZAGEM PERMANENTE DE ADULTOS IDOSOS À LUZ DA COMPLEXIDADE	
Josseane Araújo da Silva Santos Ana Maria Freitas Dias Lima Clebson Gomes da Silva Lilian Gama da Silva Póvoa Maria José de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.8172014071	
CAPÍTULO 2	12
ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: O PANORAMA DA LEGISLAÇÃO ATUAL	
Ana Gabriela Ferreira Brito Wesquisley Vidal de Santana Andressa Borges Xavier Ceila Maria Menezes Oliveira Lidiane Ribeiro da Silva Katia Cristina Custódio Ferreira Brito Luiz Sinésio Silva Neto Neila Barbosa Osório	
DOI 10.22533/at.ed.8172014072	
CAPÍTULO 3	17
CORPORALIDADE E ÉTICA NA EJA: A VOZ DA GESTÃO	
Ana Lidia Felipe Guimarães Maria Judith Sucupira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.8172014073	
CAPÍTULO 4	27
A SUBCOORDENADORIA DE JOVENS E ADULTOS: ARRIEIROS NA HISTÓRIA DE POLÍTICAS DE ACESSO A EJA NA REDE ESCOLAR DO RN	
Liz Araújo Walter Pinheiro Barbos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8172014074	
CAPÍTULO 5	38
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO PERCURSO HISTÓRICO À PRÁTICA ESCOLAR	
Tânia Mara dos Santos Bassi	
DOI 10.22533/at.ed.8172014075	
CAPÍTULO 6	50
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE CASO	
Marenilda Gomes do Nascimento Araújo Nilda da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.8172014076	
CAPÍTULO 7	66
FEIRA DE CIÊNCIAS JUNTO AO EJA: CONSTRUINDO A CIDADANIA	
Iêda Aparecida Pastre Nayara Cristina Silva Caldas	

Geovana Destro Cardoso
Gilmarcio de Oliveira Correia Junior
Carlos Eduardo Piovezan
Bruna Alves Moreira Fornari
Barbara Freitas Floriano
Mariana Gouveia Furlan
Janaina Alves Farias
Naira Biagini Maltoni
Ana Rita Rocha Lemos Viana Barbas
Vera Aparecida de Oliveira Tiera

DOI 10.22533/at.ed.8172014077

CAPÍTULO 8 76

FORMAÇÃO DOCENTE INCLUSIVA E COTIDIANOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Amilton Alves de Souza
Débora Regina Oliveira Santos
Antonio Amorim

DOI 10.22533/at.ed.8172014078

CAPÍTULO 9 87

ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): INTERFACES COM A QUESTÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Juliana Souto Santos

DOI 10.22533/at.ed.8172014079

CAPÍTULO 10 98

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO EM EJA: A REALIDADE DO TOPA

Cláudia Madalena Feistauer

DOI 10.22533/at.ed.81720140710

CAPÍTULO 11 104

O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EJA: REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES, CONTEÚDOS E O PAPEL DO PROFESSOR

Carlos André Bogéa Pereira
Waléria de Jesus Barbosa Soares
Elke Rusana Pires Santos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.81720140711

CAPÍTULO 12 112

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Paulo Alexandre Filho
Claudionor Renato da Silva
Débora Cristina Machado Cornélio
Fernanda Fernandes
Valquiria Nicola Bandeira
Cláudia de Fátima Oliveira
Rosymeire Bispo Palmas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81720140712

CAPÍTULO 13 122

CRESCER JUNTOS NA PARENTALIDADE POSITIVA: COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA A
EDUCAÇÃO PARENTAL

[Olívia de Carvalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.81720140713

ÍNDICE REMISSIVO 137

SOBRE A ORGANIZADORA..... 138

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO PERCURSO HISTÓRICO À PRÁTICA ESCOLAR

Data de aceite: 10/07/2020

Data de submissão: 15/06/2020

Tânia Mara dos Santos Bassi

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Campo Grande. Professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino em Campo Grande/MS. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade Campos Elíseos. E-mail: tmbassi66@gmail.com
Campo Grande -MS
<http://lattes.cnpq.br/764671047113493>

RESUMO: Este artigo se insere no domínio da pesquisa em Educação. É relatada no texto uma breve história da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e traz a legislação brasileira que assegura o direito a educação àqueles que não tiveram acesso na idade própria, promovendo sua escolarização por meio de práticas pedagógicas diferenciadas, que considerem suas condicionantes. A metodologia utilizada se valeu de pesquisa documental e bibliográfica. Como resultados, apontamos para as determinações históricas concernentes a essa modalidade de ensino e a necessidade de práticas pedagógicas apropriadas a fim de que se efetive. Desse modo, abordamos a formação do professor em face à promoção da EJA, valorizando a ação docente e da equipe pedagógica tendo em vista essa modalidade de

ensino.

PALAVRAS-CHAVE: História, Educação de Jovens e Adultos; Formação Docente; Práticas Educativas

YOUTH AND ADULT EDUCATION: FROM HISTORICAL TRAJECTORY TO SCHOOL PRACTICE

ABSTRACT: This article is part of the field of research in Education. It is reported in this paper a brief history of the Youth and Adult Education and brings the Brazilian's legislation that ensures the right education for those people who did not have access at their appropriate age, promoting their schooling through differentiated pedagogical practices, which consider their conditions. The methodology used documentary and bibliographic research. As a result, we point to the historical determinations concerning this teaching modality and the need for appropriate pedagogical practices in order to be effective. In this way, we approach teacher training in view of the promotion of Youth and Adult Education, valuing the teaching action and the pedagogical team in view of this teaching modality.

KEYWORDS: History, Youth and Adult Education; Teacher Education; Educational Practises.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como reconhecimento do direito educativo, teve sua constituição histórica com progressos e retrocessos, havendo uma dinâmica mais exclusiva a partir do século XX. Período no qual o Brasil teve avanços na consolidação da identidade própria e autonomia política e econômica, mas também lutas sociais. Nesse contexto, a EJA se acumulou de especificidades, que lhe conferem atualmente sua identidade. De modo que desenvolver a proposta para EJA requer ter clareza do contexto, das particularidades e do objetivo a ser alcançado. Assim, inicialmente reporta-se à trajetória histórica da EJA para entendê-la melhor.

Segundo Paula e Oliveira (2001) em meados de 1549, período da colonização brasileira, a atividade educativa se fundamentava em pressupostos evangelísticos desenvolvidos pelos jesuítas, sendo direcionada à aculturação indígena por meio do *Ratium Studiorium*, com base em estudos clássicos. Ministrava-se noções da fé cristã e da cultura ocidental aos índios adultos.

Corroborando Cunha (1999) ao dizer que no Brasil Colônia a educação direcionada à população não-infantil referia-se exclusivamente a população adulta, a qual também requeria ser doutrinação e iniciada nas coisas da santa fé. De modo que o aspecto religioso sobressaía sobre o educacional.

No Brasil, após os jesuítas, a educação não tomou consistência em um sistema diferente. Ainda atualmente, persistem características do modelo confessional e conservador ligado ao campo educacional. Ainda, há práticas e concepções na EJA advindas dessas influências.

Já na Independência brasileira, mesmo que prevista na Constituição (1824) a instrução primária gratuita para todos, nada havia de fato para se cumprir essa meta.

No Brasil Império, a educação de adultos ficava a cargo das províncias, que arcavam com o ensino das primeiras letras. Ao fim do período imperial grande parte da população era constituída de analfabetos.

Segundo Cunha (1999) reformas educacionais no Brasil Império já recomendavam a existência de classes noturnas de ensino elementar para adultos analfabetos.

De acordo com Paula e Oliveira (2001) no Brasil República, nas primeiras décadas, não houve mudanças consideráveis no cenário educacional. A educação elementar estava a cargo dos estados e municípios, mas não se consolidou um sistema articulado. O analfabetismo continuava em pauta e a falta de estrutura dos estados e municípios impossibilitava o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à EJA.

A partir de 1940, fase de crescente progresso industrial e reconfiguração política brasileira, deu-se maior responsabilização do Estado, junto ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para educação. As lutas pelos direitos humanos e as contribuições em variados campos do conhecimento conduziram a redefinição dos paradigmas educacionais que se tornam progressistas e inclusivos.

Cunha (1999) acrescenta que o desenvolvimento industrial nacional colaborou para a valorização da educação de adultos, ainda que sob aspectos diversos: alguns a compreendiam

como domínio da língua falada e escrita; outros como meio de ascensão social; outros como propulsora de progresso nacional; e ainda os que a tomavam como ampliação da base de votos. O fato é que em 1940, com os altos índices de analfabetismo no Brasil, a educação de adultos ganha relevo sendo criado um fundo designado à alfabetização e à educação da população adulta analfabeta.

Parafraseando Paula e Oliveira (2001) a partir do pós-guerra, houve conquistas importantes relacionadas à EJA, dividindo-se em três blocos temporais:

De 1946 a 1958, houve grandes campanhas para erradicação do analfabetismo, tido como causa do subdesenvolvimento do país. Esse contexto é marcado pelo enfoque assistencialista na EJA. Sendo implantado o denominado ensino supletivo.

De 1958 a 1964, houve mudança na interpretação sobre o analfabetismo que deixa de ser visto como causa e passa a ser efeito do subdesenvolvimento e das desigualdades sociais do país. Consolida-se uma nova pedagogia no ensino, em que Paulo Freire e suas ideias ganham espaço, tornando-se um marco pedagógico principalmente quanto à EJA. Ele assume a liderança na elaboração do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos. Surge o CPC, Centro Popular de Cultura e o MEB, Movimento de Educação de Base, os quais vêm dar suporte à EJA, em defesa de uma educação humanizadora e emancipadora.

De 1964 a 1985, há uma ruptura com o caráter mais democrático da educação, que volta ao conservadorismo. Nessa época, enfatiza-se o caráter moralizador e disciplinador da educação. Na EJA se acentua o aspecto assistencialista, sendo criado o MOBREAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização. Findada essa etapa histórica, dá-se o processo de redemocratização do país.

De acordo com Cunha (1999) a década de 1980 foi marcada pela difusão de pesquisas na língua escrita fundamentada em princípios da linguística e psicologia, refletindo positivamente na alfabetização de adultos. Os trabalhos de Emília Ferreiro ganham realce nessa época.

Nos anos 90 houve o estabelecimento de metodologias criativas, com o fim de garantir a jovens e adultos analfabetos o acesso à cultura letrada, tornado possível participarem de maneira mais ativa profissional, política e culturalmente.

Segundo Paula e Oliveira (2001) a partir de 1980 até meados de 2000, a EJA seguiu duas frentes: uma relativa às ações governamentais e outra relativa às ações da sociedade civil e dos movimentos populares. A partir de 1996, surgem os fóruns da EJA, que vêm promover o debate e a mobilização com vistas na educação de jovens e adultos. Segundo Paula e Oliveira (2011), há um legado de conquistas referentes à EJA, no tocante a legislação, concepções e experiências. Isso se dá principalmente como efeito das ações dos movimentos populares. Quanto às ações governamentais, têm-se, ainda hoje, a prevalência dos aspectos supletivo e compensatório na EJA.

O poder público toma a escolarização de jovens e adultos na perspectiva do ensino supletivo, numa compreensão convencional e conteudista ofertada na escola. Prevê recursos para a formação docente, aquisição de material didático, transporte e alimentação do educando da EJA.

Na sociedade civil, há grande influência dos preceitos de Freire, tanto na teoria quanto prática. As ações educativas visam a mobilização política e a garantia da cidadania. São promovidos fóruns, por meio de convênios com o governo e/ou empresas privadas.

Para Paula e Oliveira (2001) a partir de 1990, consolidaram-se possibilidades novas para EJA, englobadas no processo de reconstrução social do país nos aspectos: econômico, político, cultural e social.

Certamente, o século XX deixou grande legado com importantes avanços tecnológicos, transformações sociais, culturais e conquistas de direitos individuais e coletivos. O que contribuiu para (re)significar a função da educação e por conseguinte da escola, para as pessoas e para a sociedade.

No século XXI, predominam as ideias voltadas para a justiça social, acesso aos direitos humanos, que demandam a articulação entre o poder público e a sociedade civil. Nesse sentido, a educação é tomada como meio para participação social. Amplia-se o espaço para a EJA.

Nesse contexto, a educação formal passou a ser entendida como um processo dinâmico, integrante do desenvolvimento humano. A EJA entendida como aprendizagem ao longo da vida, constituída como um fator de desenvolvimento próprio, mas também como garantia da cidadania.

Esse breve panorama nacional da constituição da EJA vem mostrar as fragilidades e os avanços obtidos no processo. Entende-se que a conquista de uma visão mais progressista de educação nos aspectos culturais, sociais, estruturais é um compromisso político com vistas na efetivação da garantia dos direitos educativos plenos.

EJA: PRINCÍPIOS LEGAIS

Na atualidade, muitos são os jovens e adultos que têm regressado aos bancos escolares a fim de começar ou recomeçar os estudos, procurando ascender através da educação escolar, processo que não se efetivou na idade própria, por diversos motivos. De modo, que a EJA deve garantir a essas pessoas a oportunidade de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e por meio desse, o crescimento próprio na vida acadêmica e também na vida social. E para tanto, há legislação que assegura tal direito.

A Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (Unesco 1990) é marco internacional em que se afirma o compromisso de possibilitar oportunidades básicas de aprendizagem, no entendimento da educação como direito universal.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, a referida lei assegura o direito subjetivo à educação, a qual deve ser promovida

por meio de ações governamentais e da família, em colaboração com a sociedade. A Constituição (1988) em seu art. 87, determina as incumbências da União e dos entes federados, em que traz:

Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

O dever do Estado com a EJA encontra respaldo também na LDBN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Dessa forma, vê-se que a LDBN/96 reafirma os preceitos postos pela Constituição Federal, reconhecendo a EJA como modalidade educacional que compõe o sistema de ensino regular, declara sua especificidade e atesta a sua oferta. Considera-se público-alvo da EJA, segundo o Art. 37º. da LDBN:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. **§ 1º.** Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Ainda se acrescenta que:

O público alvo da EJA é caracterizado por jovens com 15 anos completos (Ensino Fundamental) e 18 anos completos (Ensino Médio), adultos e idosos, pessoas com deficiência, apenados e jovens em conflito com a lei, que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. (SITTA, 2015, p. 6).

Ainda, outros documentos contemplam a EJA como: a Lei Nº 13.005/2014, Plano Nacional de Educação, a qual trata dos objetivos e das metas para as diferentes etapas e modalidades do sistema de ensino. Propõe o desafio de erradicar o analfabetismo no Brasil. O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 é um documento referencial quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Institui as funções da EJA (reparadora, equalizadora e

qualificadora); estabelecendo limites de idade para cursá-la. Por fim reafirma a necessidade de contextualizar as propostas curriculares enfatizando os aspectos relacionados a promoção, equidade e diferença.

Entende-se que no campo legal nacional foram muitos os avanços relativos à garantia da EJA, reafirmando a necessidade de políticas públicas que a sustentem de fato. Corroboram Paula e Oliveira (2011):

“Se por um lado, leis por si só não consolidam novas culturas, é impossível imaginar a disseminação de práticas voltadas ao bem comum sem um conjunto de referências que tenham sido compartilhadas e em curso consensualizadas ao longo de um determinado tempo histórico”. (PAULA e OLIVEIRA, 2011, p.29)

Percebe-se, então, que as mudanças no campo educacional estão em curso e ainda que haja um arcabouço legal que sustente a oferta da Educação de Jovens e Adultos, requer por parte do professor fundamentação para trabalhar com essa modalidade.

Nesse tocante, é discutido se o repertório de conhecimentos abordados na formação universitária tem sido suficiente para o exercício profissional do magistério junto à EJA. Entende-se que a formação continuada vem contribuir com conhecimentos fundamentais ao docente no exercício do magistério.

O ALUNADO DA EJA E SUAS PARTICULARIDADES

Sabe-se que as diferenças entre aluno do Ensino regular e da EJA vão além da faixa etária, mas engloba o perfil. O aluno da EJA, na maioria, é trabalhador e vem à escola, com uma carga de trabalho diário executado. Sua aprendizagem deve ser motivada a fim de que supere o cansaço. Ela deve ser significativa, dando sentido ao que é aprendido. Muitos alunos migram para a EJA por buscarem uma alternativa para concluírem os estudos em menor tempo. Na verdade, o que se pretende na EJA é resgatar os jovens e adultos que não cursaram a Educação básica na idade própria; e não promover um ensino rápido e pouco produtivo. O ensino na EJA não deve ser reducionista e desqualificado, ao contrário deve ter uma formatação específica, consideradas suas condicionantes próprias.

Freire (2011) comenta:

“A competência técnica-científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão no desenvolvimento de seu trabalho não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas”. (FREIRE, 2011, p. 12)

Entende-se que é preciso o docente criar um ambiente apropriado à produção do conhecimento, em que o receio pelo professor e pela escola vão sendo superados. Promover uma prática pedagógica com ética, respeito e favorável à autonomia do educando e compreender a prática docente em sua dimensão social da formação humana.

Para Freire, (2011, p. 24) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar

possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Vê-se na colocação do autor, que o aluno não deve ser tomado como um ser passivo, sob o qual são depositados conhecimentos pelo professor. Ao contrário, é preciso que o docente promova experiências educativas, percebendo o aluno como sujeito na produção do saber. Requer estimular no aluno uma curiosidade crescente, um interesse, tendo significado a sua aprendizagem. Isso conduz a recusa ao ensino bancário, que baseado na repetição, tolhe a curiosidade e a criatividade do educando. Freire (2011, p. 26) pondera: “Inexiste validade num ensino que não resulta um aprendizado, em que o aprendiz não se torna capaz de recriar ou refazer o ensinado”.

A tarefa docente vai além do ensinar os conteúdos escolares, mas envolve o ensinar a pensar. Não se esgota no tratamento superficial do conteúdo X, mas se prolonga nas condições de construir conhecimentos sobre esse, aprendendo criticamente.

Consoante com Freire (2011) um ensino que promova por meio do saber o desvelar da realidade, na qual intervém conscientemente. O professor deve respeitar os saberes construídos pelos estudantes na prática comunitária, aproveitar a experiência que têm, associando à disciplina escolar e à prática concreta. Aguçar -lhes a curiosidade, que supera o caráter ingênuo e passa a ser crítica.

Freire (2011) coloca sobre a docência, isto é, docência-discência indissociáveis na prática do educador, a qual compreende ensinar, aprender e pesquisar. O professor enquanto ensina, permanece estudando, pesquisando, aprendendo continuamente. Isso possibilita a condição de recriar a sua prática escolar.

Nisso se insere o grande valor da formação permanente do professor, o qual não só atualiza seus conhecimentos, mas também reflete sobre a prática desenvolvida hoje a fim de melhorá-la amanhã.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ENFRENTANDO DESAFIOS

A EJA se mostra, na contemporaneidade, com uma série de desafios educacionais aos quais cabe a escola dar respostas. Ao se falar em desafios, deve-se destacar os aspectos quantitativos e qualitativos, pois o primeiro se refere a universalizar o ensino; e o segundo ao padrão de qualidade tal como o do ensino regular comum.

Nessa premissa a LDBN, em seu artigo 3º traz:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; **II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; **III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; **IX** - garantia de padrão de qualidade; **X** - valorização da experiência extraescolar; **XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Outro desafio a ser vencido na EJA é a evasão escolar, a qual é preocupante. Isso se dá, muitas vezes, por um ensino conteudista, descontextualizado, excludente e pouco

atraente. Também a fragmentação, a compartimentação, a hierarquia dos conteúdos e disciplinas escolares ocasionam o empobrecimento dessas. Ao invés deve se promover um ensino dinâmico, contextualizado, interdisciplinar, em que haja a relação contínua dentre e entre as componentes curriculares, tornando o conhecimento amplo, real, significativo para o educando. Entre outras possibilidades didáticas, SITTA, (2015) menciona a metodologia de projetos como alternativa.

Ademais, a LDBN orienta em seu art. 1º § 2º. “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Infere-se a necessidade relacionar os conteúdos com o mundo trabalho, das práticas sociais, com vistas na formação cidadã de modo amplo. “É indispensável levar em conta que o aluno da EJA tem experiências de vida e também profissionais e que busca conhecimentos com intenções muito específicas – como, por exemplo, se inserir no mercado de trabalho, progredir na profissão, continuar os estudos”. (SITTA, 2015, p. 11).

Assim, ao se considerar as novas práticas pedagógicas, outro fator que merece atenção é a avaliação da aprendizagem escolar. Muitos dos alunos egressos têm em seu histórico escolar, experiências insatisfatórias, repetências, exclusão. Rever a forma de avaliação, torna-se imperativo nesse sentido, rompendo com a visão classificatória e excludente.

A LDBN (1996), no Art. 24º, recomenda: “a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Sendo assim a avaliação deve ocorrer continuamente no decorrer do processo de ensino-aprendizagem a fim rever as práticas pedagógicas e favorecer a aprendizagem efetiva. Ademais. Segundo os PCNs (1997) “Avaliar aprendizagem, portanto, implica avaliar o ensino oferecido”. Por um lado, é avaliada a aprendizagem do aluno; por outro, a prática pedagógica do professor.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que ponto de partida da organização docente está no planejamento escolar, norte da prática pedagógica no contexto da sala de aula. “A prática e a reflexão sobre a prática levam a outra categoria não menos importante: a da organização”. (PAULA e OLIVEIRA, 2011, p. 74). Infere-se que o planejamento contribui para a organização do trabalho didático, definindo o quê ensinar (conteúdo), como (metodologia), quando (tempo), para quê (objetivo) e como avaliar. Compete ao docente traçar o planejamento, considerando as necessidades, expectativas, anseios, carências desse alunado, que independente da idade tem assegurado o direito de aprender.

Faz-se também importante atenção ao material didático pedagógico que subsidia o processo de ensino e aprendizagem, consideradas as condicionantes desse público alvo (faixa etária, interesses). Material que traga temas contemporâneos que oportunizem a reflexão e o diálogo, nas diversas áreas do conhecimento, propondo práticas em que perpassa a ideia da formação profissional.

Em se tratando da EJA, vê-se que a proposta curricular não pode estar limitada tradicionalmente a listagem de disciplinas obrigatórias com respectivas cargas horárias, mas sobretudo em identificar as capacidades, competências ou habilidades que se quer que o

estudante da EJA construa.

Convém destacar que uma proposta curricular que tem como referência o desenvolvimento de capacidades demanda a utilização de estratégias didáticas que privilegiem a resolução de situações-problema contextualizadas, bem como a formulação e realização de projetos, que tornam indispensáveis abordagens interdisciplinares. (SITTA, 2015, p 12).

Percebe-se que o currículo na perspectiva da EJA deve ser diversificado, flexível, participativo, determinado segundo as necessidades e os interesses dos discentes, considerando e reconhecendo o seu saber e a realidade sociocultural, científica, tecnológica existente.

Nessa premissa, retoma-se Freire (2011) “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos.” Os saberes cotidianos, geralmente repelidos no espaço escolar, necessitam ser recuperados nas propostas curriculares e conseqüentemente nas práticas docentes desenvolvidas na EJA.

A EJA demanda uma proposta aberta a novos e diversos conhecimentos e saberes, abarcando a cultura dos alunos e as demandas socioculturais atuais.

Nesses moldes, na sociedade atual caracterizada como digital, o papel do docente se amplia, englobando o uso de novas tecnologias. “Saber usar os recursos das tecnologias da informação e da comunicação e conhecer diferentes fontes são hoje requisitos de inserção social para todas as pessoas”. (SITTA, 2015, p.9).

A escola deve propiciar aos estudantes da EJA oportunidades educativas para que desenvolvam suas capacidades, tendo acesso a diferentes fontes de informação e de recursos tecnológicos a fim de adquirir e construir conhecimentos próprios das demandas atuais.

EJA: FORMAÇÃO INICIAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

É preceito constitucional brasileiro “A educação, direito de todos”, assim sendo, enfatiza-se a modalidade Educação de Jovens e Adultos, para qual vê-se que a formação inicial e a continuada de professores assumem importância. Conforme a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em seu artigo 62 traz: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”.

Ademais a formação docente requer articulação entre teoria-prática, incluindo formação em serviço como cita a Lei Nº 9394/96, LDBN, artigo 62.

Corroboram Paula e Oliveira (2011, p. 72) “[...] superar práticas docentes intuitivas e despreparadas requer uma política séria de formação”.

Vê-se que tanto a formação inicial quanto a continuada têm grande valia e agregam conhecimentos ao docente, resultando eficazmente na sua atuação pedagógica.

Nessa proposição, a LDBN/96 prevê o dever do Estado quanto a capacitação para todos

os professores em exercício. Também a Resolução CNE/CEB Nº 01/ 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, no artigo 17, expressa tal premissa: “A formação inicial e continuada para profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores.” De maneira que fica a cargo do Estado e das instituições de ensino subsidiar a formação de docentes para o ensino na EJA.

A EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA E AS AÇÕES COM VISTAS NA EJA

São tantos os desafios no tocante a educação de jovens e adultos, que requer maior empenho na atuação docente e também da equipe técnica-pedagógica, representada pelo supervisor e/ou coordenador escolar.

Segundo Nérici (1981) “a supervisão escolar expressa a liderança educacional em ação.” Assim, a supervisão visa a melhoria do processo ensino- aprendizagem, levando em conta toda estrutura escolar que compreende os aspectos material, humano e teórico.

De acordo com Feldmann (2009) “as funções do supervisor são múltiplas e significativas”. De modo geral, a supervisão escolar implica direta e incisivamente na escola, englobando funções: preventiva que consiste em constatar falhas no funcionamento pedagógico e prevenilas, agindo com medidas corretivas antes que resultem em prejuízos para a educação. Sua ação construtiva tem a finalidade de ajudar o professor em suas dificuldades ou deficiências de modo positivo, cooperativo não punitivo nem avaliador, mas procurando despertar a confiança do professor em si e no trabalho desenvolvido. A função criativa visa estimular a iniciativa do professor na ação docente. Procura orientar o professor na busca por novos caminhos, a pesquisar, a criar recursos, visando o crescimento profissional.

Para Nérici (1981) “O supervisor, através das relações humanas é o indivíduo capaz de desenvolver na escola, uma autêntica comunhão de ideias e ideais”. Assim, a supervisão escolar deve estar atenta ao cotidiano escolar em seus múltiplos aspectos a fim de possibilitar o acesso e permanência do alunado da EJA para que possam se apropriar em quantidade e qualidade do saber sistematizado.

O papel do supervisor é importante, considerado o grande contingente de estudantes egressos, que chegam à escola, e para os quais esta vem cometendo falhas quanto às suas expectativas elementares e com isso ocasionando evasão escolar e repetência. A superação desse estado de coisas é um desafio para o supervisor, mas também para o corpo docente.

Ao tratar sobre a educação de jovens e adultos no que diz respeito ao papel que o Coordenador pode desempenhar nesse cenário, Gatti (2011, p.22) acrescenta: “Uma função fundamental do coordenador pedagógico é cuidar da formação e do desenvolvimento profissional dos professores. É fundamental pensar a formação como superação da fragmentação entre teoria e prática, entre escola e prática docente [...]”.

O coordenador pedagógico intermedia a formação da equipe, segundo as necessidades

e demandas apresentadas no contexto da escola. Fomenta o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) pela comunidade escolar; propõe e implementa medidas necessárias, de acordo com a percepção do grupo. De modo que sua atuação é bastante ampla, envolvendo atividades relativas desde as componentes curriculares no processo ensino-aprendizagem até em medidas de interação escola- comunidade.

Cabe ao coordenador pedagógico zelar pela qualidade do processo educativo ofertado nos estabelecimentos escolares para a população, através do acompanhamento sistemático dos docentes e da implementação de formação continuada escolar. Nas escolas nacionais a visão de formação contínua do professor, desenvolvida nas escolas por intermédio do coordenador pedagógico foi instituída pelas políticas públicas de formação, que transfere para a escola a necessidade de promover o desenvolvimento profissional docente. Nessa premissa, a escola transforma-se em locus propulsor de saberes coletivos, onde se traz à baila questões concernentes à modalidade EJA no contexto escolar.

Em suma, a promoção de ensino de qualidade é meta comum, cabendo cada um assumir o seu papel, garantindo que isso se efetive na oferta da EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como reconhecimento do direito educativo, teve sua constituição histórica, havendo uma dinâmica mais exclusiva a partir do século XX. Atualmente, tal modalidade de ensino é entendida como aprendizagem ao longo da vida, constituída como um fator de desenvolvimento próprio, mas também como garantia da cidadania.

A proposta da EJA é resgatar os jovens e adultos que não cursaram a Educação básica na idade própria; e não simplesmente promover um ensino rápido e pouco produtivo. O ensino na EJA não deve ser reducionista e desqualificado.

Para tanto, requer a competência técnica-científica e o rigor pedagógico, aliados a amorosidade nas relações educativas. Ao abordar a atuação do professor, ressalta-se a formação inicial e continuada, ambas mobilizadoras de saberes importantes concernentes ao alunado da EJA.

Nesses moldes, uma prática pedagógica comprometida com a EJA, requer superar a metodologia tradicional. Os pressupostos Freireanos podem contribuir para um ensino significativo, por meio do qual o conhecimento é construído e processado.

Essa concepção de ensino, tem início na construção do PPP, em que se configura o projeto educativo escolar, no qual todos estão comprometidos. Nesse sentido, a atuação da equipe pedagógica é fundamental. O supervisor tem funções múltiplas e significativas. Engloba função: preventiva, construtiva, criativa, orientando tanto o professor quanto o aluno nos caminhos a seguir para atingir seu crescimento pessoal.

A atuação do coordenador assemelha-se a do supervisor. Cabe ao coordenador pedagógico zelar pela qualidade do processo educativo por meio do acompanhamento

sistemático dos docentes e da implementação de formação continuada escolar.

A EJA, como modalidade de ensino, traduz a possibilidade de tornar efetivo o desenvolvimento de todas as pessoas, independente da idade, desde adolescentes a idosos, que por meio das experiências escolares atualizam conhecimentos, e desenvolvem habilidades significativas, considerando o mundo do trabalho e as demandas atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

_____. PCN– Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais-Introdução**. Brasília: MEC/SEF –1997. p. 84.

_____. **Salto para o Futuro: Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria de Educação à Distância, Brasília Ministério da Educação, 1999.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 01, DE 5 DE JULHO DE 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**.

CUNHA, Maria da Conceição. Discutindo conceitos básicos. In BRASIL. **Salto para o Futuro: Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria de Educação à Distância, Brasília Ministério da Educação, 1999.

FELDMANN, Marina Graziela. **Formação de Professores e a Escola na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernadete. **Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros**. Junho 2011. Disponível em <http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-formacao-continuada.pdf>.

NÉRICI, Imídeo Giusepp. **Introdução à Supervisão Escolar**. São Paulo: Editora Atlas, 1981.

NÓVOA, Antônio. **Professores Imagens do futuro**. Lisboa, Portugal: Educa, 2009.

PAULA, Cláudia Regina de. OLIVEIRA, Márcia Cristina de. **Educação de Jovens e Adultos: A educação ao longo da vida**; Curitiba, SC. IBIPLEX, 2011.

SITTA, Cintia. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: FCE – Faculdade Campos Eliseos, 2015.

SITTA, Cintia. **Fundamentos Metodológicos da EJA**. São Paulo: FCE – Faculdade Campos Eliseos, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 20, 35, 36, 40, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 74, 87, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 111, 116

C

Complexidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 21, 22, 55, 81, 82

Corporalidade 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

E

Educação de Jovens e Adultos 12, 17, 18, 19, 20, 27, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 64, 66, 68, 75, 76, 77, 78, 85, 87, 97, 98, 104, 105, 112, 113, 117, 118, 120, 122, 137, 138, 139

Educação Parental 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134

Educação Sexual 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 137

Educadores 3, 36, 55, 61, 81, 83, 89, 90, 91, 92, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 133, 134

EJA 17, 18, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 74, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 132, 137

Envelhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 122

Ética 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 43, 52, 101

F

Formação 2, 3, 7, 9, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 97, 99, 107, 110, 114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137

Formação Docente 38, 40, 46, 63, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 120

H

História 8, 9, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 38, 64, 70, 91, 94, 95, 99, 101, 106, 114, 115, 117, 137

I

Idosos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 36, 42, 49

L

Legislação 12, 13, 15, 38, 40, 41, 68

Letramento 50, 98, 99, 100, 101, 102, 103

M

Matemática 64, 91, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

P

Parentalidade 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133

Parentalidade Positiva 122, 126, 131, 132, 133

Política Educacional 10, 14, 27, 87, 89, 96

Práticas Educativas 38, 78, 106

S

SUEJA 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37

T

TOPA 3 98

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br